



M0199001N



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N. 1/2024 — SAD/SEMADESC/IMASUL/TÉCNICO/MÉDIO

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE
MATO GROSSO DO SUL — IMASUL



GUARDA-PARQUE

Candidato(a)

Inscrição

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

Nível

MÉDIO

Turno

MANHÃ

Material

Além deste Caderno de Questões com sessenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.

Divulgação

A prova e o gabarito preliminar estarão disponíveis no site do Instituto Avalia no endereço eletrônico www.avalia.org.br, conforme previsto em Edital.

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ▶ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração.
- ▶ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.
- ▶ A Folha de Respostas é o único documento válido para avaliação.
- ▶ Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição na Folha de Respostas. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ▶ Use apenas caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Ao retirar-se definitivamente da sala, entregue a Folha de Respostas ao fiscal.
- ▶ O prazo de realização da prova é de **4 horas**, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ▶ O candidato somente poderá ausentar-se da sala 60 (sessenta) minutos após o início da prova, acompanhado de um fiscal, nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários.
- ▶ Não será permitido ao candidato retirar-se do local de aplicação das provas, a qualquer tempo, portando o Caderno de Questões. O candidato poderá anotar manualmente as alternativas marcadas na Folha de Respostas no gabarito específico para rascunho ao final do Caderno de Questões.
- ▶ O candidato apenas poderá deixar o local de realização da Prova Escrita Objetiva em definitivo, após decorridas 2 (duas) horas de seu início.
- ▶ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

**Fraudar ou tentar fraudar
Concurso Público é Crime!
Previsto no Art. 311 - A do
Código Penal**

Boa prova!

Língua Portuguesa

Leia o texto a seguir para responder às questões 1 e 2.

Calor nos oceanos gera branqueamento de corais; níveis podem ser os piores já registrados

Mais de 54% das áreas de recifes de corais do mundo sofreram branqueamento no ano passado, afetando pelo menos 53 países

Os recifes de corais de todo o mundo estão passando por um evento de branqueamento em massa à medida que a crise climática impulsiona o recorde de calor nos oceanos, disseram dois organismos científicos na segunda-feira (15) – com alguns especialistas alertando que esse pode se tornar o pior período de branqueamento da história já registrado.

Mais de 54% das áreas de recifes de corais do mundo sofreram branqueamento no ano passado, afetando pelo menos 53 países e territórios, incluindo grandes áreas dos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico. Os dados foram divulgados por meio de uma declaração conjunta da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA) e a Iniciativa Internacional do Recife de Coral (ICRI).

“É provável que este evento ultrapasse o pico anterior de 56,1% em breve”, disse Derek Manzello, coordenador do programa Coral Reef Watch da NOAA, em um e-mail para a CNN. “A porcentagem de áreas do recife que são afetadas pelo calor e sofrem com descoloramento aumentou cerca de 1% em uma semana.”

Quando os corais são expostos ao estresse das ondas de calor marinhas, eles expelem as algas que vivem dentro de seus tecidos, o que lhes fornece a cor e a maior parte de sua energia. Se as temperaturas dos oceanos não voltarem ao normal, o branqueamento pode levar à morte em massa dos corais, ameaçando as espécies e as cadeias alimentares que dependem deles.

Isso marca o quarto evento mundial de branqueamento, e o segundo na última década – com períodos anteriores em 1998, 2010 e entre 2014-2017.

No ano passado, o branqueamento em massa foi confirmado em regiões como a Flórida e o Caribe, México, Brasil, Austrália, Pacífico Sul, Mar Vermelho, Golfo Pérsico, Indonésia e Oceano Índico, incluindo a costa leste da África e as Seychelles.

O professor Ove Hoegh-Guldberg, cientista climático especializado em recifes de corais baseado na Universidade de Queensland, na Austrália, previu esse evento de branqueamento em massa há meses.

“Sabíamos que as temperaturas do mar estavam aumentando rapidamente, mas não a essa velocidade”, disse Hoegh-Guldberg à CNN. “A questão preocupante é que não sabemos quanto tempo essa enorme mudança de temperatura provavelmente durará.”

Os últimos 12 meses têm sido os mais quentes do planeta e as temperaturas oceânicas têm crescido muito. As temperaturas globais da superfície do mar atingiram máximos recordes em fevereiro e novamente em março, de acordo com dados do Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus da Comissão Europeia.

Em fevereiro, os cientistas do programa Coral Reef Watch da NOAA adicionaram três novos níveis de alerta aos mapas de alerta de branqueamento de corais, para permitir que os cientistas avaliem a nova escala do aquecimento subaquático.

[...]

(Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/calor-nos-oceanos-gera-branqueamento-de-corais-niveis-podem-ser-os-piores-ja-registrados/>.)

1

Após a leitura do texto, é correto afirmar que

- (A) os recifes de corais de apenas uma parte do mundo estão passando por um evento de branqueamento, à medida que a crise climática impulsiona o recorde de calor nos oceanos.
- (B) mais de 54% das áreas de recifes de corais do mundo sofreram branqueamento no ano passado.
- (C) a porcentagem de áreas de recife que são afetadas pelo calor não aumentou nem 1% em semanas.
- (D) quando os corais são expostos ao estresse das ondas de calor marinhas, eles expelem clorofila, o que lhes fornece a cor e os nutrientes.
- (E) se as temperaturas dos oceanos não voltarem ao normal, o branqueamento pode levar à multiplicação em massa dos corais, gerando um desequilíbrio ambiental.

2

Ainda sobre o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) De 1998 até agora, este foi o quarto evento mundial de branqueamento dos corais ocorrido.
- (B) No ano passado, o branqueamento em massa foi confirmado apenas nas regiões da Flórida, Caribe e do México.
- (C) Mesmo que os últimos doze meses tenham sido quentes, as temperaturas oceânicas não têm crescido muito.
- (D) As temperaturas globais da superfície do mar atingiram recordes em fevereiro e maio.
- (E) Em janeiro, os cientistas adicionaram novos alertas de branqueamento de corais, para permitir uma avaliação da nova escala do aquecimento subaquático.

3

Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam hiato.

- (A) Saída – qualquer – touro – mão.
- (B) Apaixonado – museu – saúde – caído.
- (C) Cacau – respeito – neutro – biscoito.
- (D) Lagoa – hiena – unicórnio – zoológico.
- (E) Ateu – jeito – cuidado – coração.

4

Considerando as regras de acentuação gráfica, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Papéis – chapéu – caubói – corrói.
- (B) Pirex – xerox – duplex – inox.
- (C) Bau – fieis – girassois – hotéis.
- (D) Zíper – açúcar – cadáver – néctar.
- (E) Geleia – alcateia – plateia – europeia.

5

Assinale a alternativa que apresenta uma palavra formada a partir do processo de composição por aglutinação.

- (A) Pontapé.
- (B) Vaivém.
- (C) Anaeróbico.
- (D) Supracitado.
- (E) Fidalgo.

6

Assinale a alternativa que apresenta um substantivo sobrecomum.

- (A) O menino.
- (B) A vítima.
- (C) O rapaz.
- (D) A mulher.
- (E) O esposo.

7



NÓS NÃO SOMOS
O QUE AINDA
IREMOS SER.



(Disponível em: <https://riclan.com.br/9-tirinhas-para-rir-e-refletir/>)

Os verbos “gostaríamos”, “iremos” e “éramos” estão conjugados, respectivamente, no(s) tempo(s)

- (A) futuro do pretérito.
- (B) pretérito perfeito; futuro do presente; e pretérito imperfeito.
- (C) futuro do pretérito; futuro do presente; e pretérito imperfeito.
- (D) futuro do presente; futuro do pretérito; e pretérito perfeito.
- (E) pretérito imperfeito.

8

Assinale a alternativa em que todas as palavras são proparoxítonas.

- (A) Página – mínimo – acústica – robótica.
- (B) Higiene – passarinho – cantina – amor.
- (C) Balanço – árvore – remédio – aldeia.
- (D) Sinônimo – iremos – avaliação – rosado.
- (E) Rápido – malvado – filantropo – amargo.

9

Assinale a alternativa que apresenta um par de homônimos homófonos.

- (A) Hábito (costume) e habito (verbo habitar).
- (B) Dúvida (incerteza) e duvida (verbo duvidar).
- (C) Jogo (entretenimento) e jogo (verbo jogar).
- (D) Eminente (elevado) e iminente (imediato).
- (E) Acento (sinal ortográfico) e assento (objeto).

10

Assinale a alternativa cuja oração apresenta sujeito indeterminado.

- (A) Vieram pedir apoio para a família naquela situação.
- (B) Fui até a esquina e voltei.
- (C) Ninguém esperou por ele.
- (D) Já amanheceu!
- (E) Ela atravessou a rua sem olhar...

11

A respeito das regras de uso da crase, assinale a alternativa que apresenta ERRO em relação ao seu emprego.

- (A) Gosto de caminhar à pé.
- (B) Aquela menina está aprendendo à cantar esta música.
- (C) Dei todos os meus brinquedos à ele.
- (D) Solicitei à senhora que não fizesse mais isso.
- (E) O motorista conduzia à 50 km/h.

12

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a pontuação cuja definição é: “sinal de pontuação utilizado para indicar que uma ação ainda não acabou”.

- (A) Ponto de interrogação.
- (B) Ponto de exclamação.
- (C) Reticências.
- (D) Ponto-final.
- (E) Ponto e vírgula.

13

Assinale a alternativa cuja oração apresenta vocativo.

- (A) Visitei a cidade de Londres e adorei!
- (B) A funcionária mais antiga da escola, D. Claudia, era muito respeitada por todos.
- (C) João, o melhor aluno da turma, passou com notas máximas.
- (D) A rua XV de Novembro é a próxima.
- (E) Você viu a confusão do recreio, inspetor?

14

A respeito das regras de colocação pronominal da próclise, assinale a alternativa correta.

- (A) Não a encontrei pelo caminho.
- (B) Cumpriremos o acordo se nos permitir.
- (C) Esta é a escola onde formei-me quando jovem.
- (D) Como enganaram-te!
- (E) Ninguém fará-nos mudar a proposta?

15

Assinale a alternativa que NÃO apresenta um recurso coesivo lexical.

- (A) Antonímia.
- (B) Hiponímia e hiperonímia.
- (C) Repetição.
- (D) Nominalização.
- (E) Substitutos universais.

Noções Básicas de Geoprocessamento

16

O geoprocessamento é possível mediante dados espaciais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente à definição do que são dados espaciais.

- (A) Dados cartográficos simplificados de qualquer escala.
- (B) Dados digitais na forma de coordenadas espaciais mesmo que sem Datum.
- (C) Dados organizados em tabelas que são categorias espaciais.
- (D) Dados georreferenciados que possuem um correspondente em campo.
- (E) Dados que possuem um metadado organizado com todas as informações.

17

A escala é um dos principais temas de discussão em cartografia, haja vista que define

- (A) a quantidade de detalhes em um mapa e quanto os objetos são simplificados.
- (B) o tamanho da folha de impressão, já que não existe escala em mapas digitais.
- (C) o que será representado por meio de normas técnicas para mapas temáticos.
- (D) quais serão os elementos que aparecerão na legenda.
- (E) uma escala grande representa normalmente países e continentes inteiros.

18

Representações vetoriais são melhores para

- (A) realizar cruzamento e álgebra de mapas, devido à sua estrutura topológica fixa em células.
- (B) representar imagens de satélite, que são adquiridas de uma forma geral, servindo como bases.
- (C) definir limites mais claros que se sustentam em praticamente qualquer escala.
- (D) usar algoritmos de filtragem de dados, que eliminam dados classificados menores que a escala.
- (E) mapear feições em linhas, devido à sua estrutura em pixels alinhados formando feições.

19

Considerando os cenários a seguir, assinale a alternativa em que o geoprocessamento NÃO será útil.

- (A) Dados qualitativos que podem ser quantificados de alguma forma.
- (B) Dados coletados por meio de instrumentos digitais que leem quantidades.
- (C) Entrevistas realizadas em campo com dados tabulados sistematicamente.
- (D) Dados provenientes de sensoriamento remoto que são quantificáveis.
- (E) Análise de dados qualitativos sem referência fixa no espaço geográfico.

20

Este software foi produzido nacionalmente pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e, apesar de obsoleto, influenciou muito no pensamento e no uso do geoprocessamento no Brasil. O seu nome é

- (A) ERDAS.
- (B) SPRING.
- (C) IDRISI.
- (D) TerrSet.
- (E) QGis.

Conhecimentos gerais e de legislação relativos às áreas de atuação do IMASUL

21

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e para os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, é um órgão

- (A) executor.
- (B) consultivo e deliberativo.
- (C) superior.
- (D) central.
- (E) seccional.

22

Em relação à Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.
- (B) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos.
- (C) O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado na matrícula do imóvel.
- (D) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de apenas parte da sua propriedade para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.
- (E) Devem ser objeto de averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente: o instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental e o contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental.

23

Em relação à Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando se tratar de crime culposos ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a dois anos.
- (B) As penas restritivas de direito são: a prestação de serviços à comunidade; a interdição temporária de direitos; e a prestação pecuniária.
- (C) As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.
- (D) A reincidência em crimes de qualquer natureza é circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime.
- (E) A suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação à pena privativa de liberdade não superior a dois anos.

24

Assinale a alternativa que NÃO consiste em pena de prestação de serviços à comunidade aplicável à pessoa jurídica, conforme disposto na Lei nº 9.605/1998.

- (A) Contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.
- (B) Manutenção de espaços públicos.
- (C) Execução de obras de recuperação de áreas degradadas.
- (D) Custeio de programas e de projetos ambientais.
- (E) Proibição de contratar com o Poder Público, bem como de obter subsídios, subvenções ou doações.

25

É considerada infração contra a fauna, conforme o Decreto nº 6.514/2008, EXCETO

- (A) exportar peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem autorização da autoridade competente.
- (B) deixar, o comerciante, de apresentar declaração de estoque e valores oriundos de comércio de animais silvestres.
- (C) adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo.
- (D) causar degradação em viveiros, açudes ou estação de aquicultura de domínio público.
- (E) pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes, ou substâncias tóxicas, ou ainda, por outro meio proibido pela autoridade competente.

26

De acordo com o Artigo 95 do Decreto nº 6.514/2008, o processo administrativo para apuração de infrações ambientais será orientado pelos princípios da

- (A) legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, do contraditório, segurança jurídica, do interesse público e eficiência.
- (B) legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, do contraditório, segurança jurídica, impessoalidade e eficiência.
- (C) legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, publicidade, moralidade, ampla defesa, do contraditório, segurança jurídica, do interesse público e eficiência.
- (D) legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, do contraditório, segurança jurídica, do interesse público e especialidade.
- (E) legalidade, finalidade, motivação, boa-fé, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, do contraditório, segurança jurídica, do interesse público e eficiência.

27

O Regime de Proteção da Reserva Legal encontra previsão expressa na Lei nº 12.651/2012. Em relação a esse regime, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No manejo sustentável da vegetação florestal da Reserva Legal, serão adotadas práticas de exploração seletiva nas modalidades de manejo sustentável sem propósito comercial para consumo na propriedade e manejo sustentável para exploração florestal com propósito comercial.
- (B) Não será admitida, em nenhuma hipótese, a exploração econômica da Reserva Legal.
- (C) Para fins de manejo de Reserva Legal na pequena propriedade ou posse rural familiar, os órgãos integrantes do Sisnama deverão estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação de tais planos de manejo.
- (D) A inscrição da Reserva Legal no CAR será feita mediante a apresentação de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração, conforme ato do Chefe do Poder Executivo.
- (E) A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

28

“Administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços”. Esse conceito se refere à(ao)

- (A) Reserva Legal.
- (B) área rural consolidada.
- (C) interesse social.
- (D) manejo sustentável.
- (E) Área de Preservação Permanente (APP).

29

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Assinale a alternativa que apresenta as categorias de unidade de conservação que constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável.

- (A) Área de Proteção Ambiental e Estação Ecológica.
- (B) Reserva de Fauna e Refúgio de Vida Silvestre.
- (C) Reserva Biológica e Área de Relevante Interesse Ecológico.
- (D) Reserva Particular do Patrimônio Natural e Parque Nacional.
- (E) Floresta Nacional e Reserva Extrativista.

30

De acordo com o Art. 3º da Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, incumbe às empresas, entidades de classe e instituições públicas e privadas

- (A) promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.
- (B) colaborar, de maneira ativa e permanente, na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.
- (C) promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.
- (D) manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.
- (E) promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.

31

Em relação à Campanha Junho Verde, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Na Campanha Junho Verde, será observado o conceito de Ecologia Ambiental, que inclui dimensões humanas e sociais dos desafios ambientais.
- (B) A Campanha Junho Verde será celebrada anualmente como parte das atividades da educação ambiental não formal.
- (C) O objetivo da Campanha Junho Verde é desenvolver o entendimento da população a respeito da importância da conservação dos ecossistemas naturais e de todos os seres vivos e do controle da poluição e da degradação dos recursos naturais, para as presentes e futuras gerações.
- (D) A Campanha Junho Verde será promovida pelos Poderes Públicos federal, estadual, distrital e municipal, em parceria com escolas, universidades, empresas públicas e privadas, igrejas, comércio, entidades da sociedade civil, comunidades tradicionais e populações indígenas.
- (E) A Campanha Junho Verde incluirá, dentre outras, ações direcionadas para divulgação de informações a respeito do estado de conservação das florestas e dos biomas brasileiros e dos meios de participação ativa da sociedade para a sua salvaguarda.

32

Em relação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta.

- (A) A LGPD aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país em que estejam localizados os dados, desde que realizado para fins exclusivamente jornalístico e artísticos.
- (B) Para fins da LGPD, dado pessoal é um dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- (C) Na hipótese em que o consentimento é requerido, se houver mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento original, o controlador deverá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade, podendo o titular revogar o consentimento, caso discorde das alterações.
- (D) A eventual dispensa da exigência do consentimento desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas na Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.
- (E) Cabe ao titular o ônus da prova de que o consentimento não foi dado em conformidade com o disposto na LGPD.

33

Carlos, operador de dados de uma determinada empresa pública, agindo com dolo, acessou dados sensíveis dos usuários com o intuito de comercializá-los. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no caso de danos causados pelo tratamento de dados,

- (A) uma vez que compete ao controlador as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, apenas ele responderá pelos danos causados.
- (B) o controlador responderá subsidiariamente com o operador pelos danos causados.
- (C) apenas o operador de dados responderá pelos danos causados, em razão de ter agido com dolo.
- (D) o operador responderá solidariamente com o controlador pelos danos causados pelo tratamento, dado que descumpriu as obrigações da legislação de proteção.
- (E) o operador responderá integralmente, ainda que o dano seja decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

34

De acordo com a Lei nº 1.102/1990, são formas de provimento de cargo público, EXCETO

- (A) recondução.
- (B) nomeação.
- (C) aproveitamento.
- (D) readaptação.
- (E) transferência.

35

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) Perderá, definitivamente, a remuneração do seu cargo efetivo o funcionário quando afastado para prestar serviço em empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público.
- (B) O funcionário suspenso perderá todas as vantagens e os direitos decorrentes do exercício do cargo.
- (C) O funcionário não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a vinte e quatro meses, salvo por motivo de doença em pessoa da família.
- (D) Prescreverá a punibilidade em dois anos, quanto à repreensão ou multa.
- (E) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse, que acontecerá no prazo de 15 dias contados da publicação do ato de provimento.

36

Assinale a alternativa que apresenta a pena que NÃO excederá noventa dias e será aplicada em casos de falta grave.

- (A) Repreensão.
- (B) Cassação de disponibilidade.
- (C) Destituição de cargo em comissão.
- (D) Suspensão.
- (E) Demissão.

37

NÃO será considerado como de efetivo exercício o afastamento por motivo de

- (A) licença em razão de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- (B) licença para tratamento de saúde.
- (C) licença gestante.
- (D) férias.
- (E) faltas por motivo de doença comprovada, inclusive em pessoa da família, até o máximo de três durante o mês.

38

O manejo de fauna silvestre em vida livre será permitido com a devida licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes nos seguintes casos, EXCETO

- (A) para coleta de material biológico para fins científicos para as instituições de pesquisa.
- (B) para realizar experiências cujos resultados já foram conhecidos anteriormente ou aqueles destinados à demonstração didática que já tenham sido filmados ou ilustrados.
- (C) quando houver a necessidade de manejo de controle de espécies para promover o equilíbrio natural.
- (D) quando for necessária a translocação de espécimes, nos casos de desastres ecológicos.
- (E) para a apanha de espécimes, ovos e larvas de espécimes autorizadas para formação de plantel de criação comercial, seguindo as diretrizes do órgão ambiental competente.

39

“Espécies cuja distribuição geográfica original não inclui o território brasileiro e/ou o território do Estado de Mato Grosso do Sul e suas águas jurisdicionais, ainda que introduzidas, pelo homem ou espontaneamente, em ambiente natural, inclusive as espécies asselvajadas e excetuadas as migratórias.” Tal conceito se refere à(aos)

- (A) fauna brasileira.
- (B) animais de estimação.
- (C) animais domésticos.
- (D) fauna silvestre.
- (E) fauna exótica.

40

A Resolução SEMADE nº 9, de 13 de maio de 2015, traz, em seu Artigo 3º, algumas definições. Com base na mencionada resolução, assinale a alternativa INCORRETA quanto a essas definições.

- (A) Impacto ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria, energia ou substância sólida, líquida ou gasosa resultante de atividade humana, bem como a combinação desses fatores em níveis capazes de, direta ou indiretamente, interferirem com a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.
- (B) Área útil: soma da área ocupada por todas as estruturas destinadas ao desenvolvimento da atividade objeto do licenciamento ambiental, incluindo pátios, estruturas prediais, áreas do sistema de controle ambiental, áreas de circulação, de armazenamento de insumos e rejeitos.
- (C) Licenciamento ambiental: procedimento de licenciamento ambiental realizado por intermédio de Comunicado de Atividade, pelo qual o órgão ambiental competente autoriza, concomitantemente, a localização, instalação e operação de determinadas atividades dentre aquelas consideradas utilizadoras de recursos ambientais e/ou efetivas ou potenciais causadoras de pequeno impacto ambiental.
- (D) Estudos ambientais: todo e qualquer documento contendo conjunto organizado de informações (estudos, planos, programas, projetos etc.) dos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade; exigido como instrumento para subsidiar a análise da licença requerida, subdivididos em: complementares e elementares.
- (E) Licença ambiental: o ato administrativo pelo qual são estabelecidas as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pela pessoa física ou pela jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar atividade utilizadora de recursos ambientais, atividade considerada efetiva ou potencialmente poluidora ou daquela que, sob qualquer forma, possa causar degradação ambiental.

Conhecimentos Específicos

41

Os princípios administrativos básicos são dispostos pela Constituição Federal, e um de seus fundamentos é nortear a atuação dos agentes administrativos na gestão do interesse coletivo. Em relação ao princípio da impessoalidade, é correto afirmar que

- (A) os agentes administrativos podem beneficiar pessoas por meio da Administração Pública conforme o grau de parentesco dele.
- (B) a Administração Pública deve evitar desperdício e falhas.
- (C) os agentes administrativos devem atender aos interesses coletivos de forma igualitária.
- (D) os agentes administrativos podem usar a sua autopromoção e o uso da sua imagem como pessoa importante na Administração Pública desde que seja para beneficiar os interesses coletivos.
- (E) a Constituição Federal prevê que somente a Administração Pública direta deverá cumprir o princípio da impessoalidade.

42

Um dos princípios básicos da Administração Pública dispostos na Constituição Federal de 1988 é o princípio da

- (A) publicidade.
- (B) motivação.
- (C) esclarecimento.
- (D) transparência.
- (E) efetividade.

43

O poder administrativo que tem a finalidade de limitar e restringir o direito e as garantias individuais com base nos interesses públicos e coletivos é o poder

- (A) hierárquico.
- (B) de polícia.
- (C) disciplinar.
- (D) discricionário.
- (E) judiciário.

44

Em relação ao poder disciplinar, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder disciplinar tem a finalidade de organizar, estruturar e coordenar os órgãos e servidores da Administração Pública.
- (B) O poder disciplinar só pode ser aplicado aos servidores públicos.
- (C) O poder disciplinar pode ser aplicado aos servidores públicos e à sociedade.
- (D) No poder disciplinar, a demissão não pode ser aplicada como sanção.
- (E) O poder disciplinar é aquele em que podem ser aplicadas sanções a servidores públicos e a demais pessoas que tenham vínculo especial com o estado no exercício de sua função.

45

“Ato administrativo que tem todos os seus elementos dispostos em lei. Nele, o agente da Administração Pública não pode decidir por oportunidade e conveniência”. Essa definição refere-se ao

- (A) ato discricionário.
- (B) ato vinculado.
- (C) atos-regra.
- (D) ato simples.
- (E) ato complexo.

46

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

“O princípio da _____ tem como finalidade dar prerrogativas e privilégios à Administração Pública sempre que houver conflito entre o interesse coletivo e o interesse particular.”

- (A) eficiência
- (B) motivação
- (C) supremacia do interesse público
- (D) especialidade
- (E) autotutela

47

A Constituição Federal é um conjunto de leis que regem o funcionamento de um país, ditando quais são as garantias, os direitos e os deveres de cada cidadão. Em relação ao meio ambiente na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (B) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (C) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, à obrigação de reparar os danos causados, ficando esses, assim, livres de qualquer sanção penal e administrativa.
- (D) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônios de seus respectivos estados, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- (E) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.

48

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à responsabilidade do Poder Público em assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado disposto na Constituição Federal de 1988.

- (A) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- (B) Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- (C) Promover a educação ambiental somente nos níveis de ensino fundamental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- (D) Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam animais à crueldade.
- (E) Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

49

Em relação às sanções a serem aplicadas no Decreto Federal nº 6.514/2008, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente atuante deverá observar qual é o antecedente criminal do infrator.
- (B) Não é necessária uma confirmação de autoridade julgadora para as sanções aplicadas por um agente atuante.
- (C) O agente atuante deverá verificar a situação econômica do infrator para aplicar as sanções.
- (D) Não é necessário que o agente atuante verifique a gravidade dos fatos, desde que tenha o infrator e os motivos da infração.
- (E) A suspensão parcial ou total das atividades não pode ser aplicada como sanção.

50

Com base no Decreto Federal nº 6.514/2008, assinale a alternativa INCORRETA em relação às sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas.

- (A) O infrator terá suspensão de registro, licença ou autorização.
- (B) O infrator terá perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais.
- (C) O infrator será proibido de contratar com a Administração Pública, podendo essa sanção ser de até três anos.
- (D) A extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração.
- (E) Não poderá ser aplicada como sanção restritiva de direito a suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pois fere o direito de igualdade.

51

João, residente em uma cidade do interior de Mato Grosso do Sul, em um dia de calor, resolveu pescar em uma cidade vizinha que estava com a pesca temporariamente proibida. Após denúncia, João foi autuado por sua infração. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta quanto à sanção punitiva que João poderá receber, conforme o Decreto Federal nº 6.514/2008.

- (A) João poderá receber multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo ou fração do produto da pescaria, ou por espécime quando se tratar de produto de pesca para uso ornamental.
- (B) João poderá receber uma multa restritiva de direito, ou seja, não poderá mais pescar em nenhum local do estado de Mato Grosso do Sul.
- (C) Por ser a primeira infração ambiental de João, ele não poderá receber punição.
- (D) João poderá receber, além de multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), multa restritiva de direito e não poderá mais pescar em nenhum local do estado de Mato Grosso do Sul.
- (E) João só receberá advertência verbal, por ser a primeira infração cometida em relação ao meio ambiente.

52

Em relação ao Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul (INAMB), disposto na Lei Estadual nº 90/1980, assinale a alternativa correta.

- (A) O INAMB atua na prevenção da poluição ambiental e no controle de utilização racional do meio ambiente.
- (B) Compete ao INAMB executar a política de controle da poluição ambiental, não sendo permitida a colaboração de órgãos públicos federais.
- (C) O INAMB tem a finalidade de cumprir e fazer cumprir toda e qualquer legislação sobre prevenção, controle e correção da poluição ambiental, mas não poderá firmar convênios.
- (D) O INAMB utilizará recursos técnicos próprios da SEMA, sendo proibido o uso de qualquer outra origem para exercer suas funções.
- (E) O INAMB será órgão executor da política estadual de controle da poluição ambiental e atuará harmonicamente com o CECA, não podendo atuar com os demais órgãos voltados à preservação.

53

Em relação às penalidades dispostas na Lei Estadual nº 90/1980 para quem poluir a água, o ar ou o solo no território do estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) Para as pessoas jurídicas, só podem ser aplicadas suspensão e multa, não podendo ser aplicada interdição.
- (B) As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente para as jurídicas e isoladamente para as físicas.
- (C) Serão aplicadas multa e prisão para pessoas físicas; para jurídicas, somente interdição.
- (D) Para pessoas físicas, será aplicada somente multa; para as jurídicas, multa, suspensão e interdição.
- (E) Serão aplicadas multa, suspensão e interdição para pessoas físicas e jurídicas.

54

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tem a finalidade de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Em relação à gestão do SNUC, assinale a alternativa correta.

- (A) A gestão do SNUC é feita somente com a participação do poder estadual e municipal.
- (B) A gestão do SNUC é feita com a participação das três esferas do Poder Público: federal, estadual e municipal.
- (C) A gestão do SNUC é feita com a participação das esferas federal, estadual, municipal e com a participação da população que se candidatar a fazer parte.
- (D) A gestão do SNUC é feita somente pela esfera municipal, pois só cada município sabe das necessidades das unidades de conservação.
- (E) A gestão do SNUC é feita apenas com a participação do Poder Federal.

55

Francisco, proprietário de uma marcenaria, comprou 300 kg/m³ de madeira para atender a um pedido feito por um cliente. Entretanto, Francisco não solicitou ao vendedor a licença outorgada pela autoridade competente, e a sua compra chegou sem a via que deve acompanhar o produto até final beneficiamento.

Considerando que, após denúncia, Francisco foi responsabilizado por sua conduta, assinale a alternativa correta quanto à penalidade que Francisco receberá com base na Lei Federal nº 9.605/1998.

- (A) Francisco receberá apenas multa como penalização.
- (B) Francisco terá sua marcenaria fechada por prazo indeterminado.
- (C) Francisco receberá pena de detenção, que não poderá ultrapassar seis meses.
- (D) Francisco não poderá ser penalizado, pois ele apenas comprou a madeira.
- (E) Francisco poderá receber pena de detenção de seis meses a um ano e multa.

56

Em relação à consulta pública para a criação de Unidade de Conservação estabelecida pela Resolução SEMADE nº 26/2016, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A consulta pública não é deliberativa e consiste em reuniões públicas ou outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.
- (B) A realização de consulta pública deve ser precedida da seguinte providência, com antecedência mínima de 15 dias: publicação, no Diário Oficial, de aviso da Consulta Pública, convidando a sociedade em geral e informando data, local e hora da sua realização.
- (C) A expedição de convite para as autoridades locais, os líderes comunitários e os representantes de organizações da sociedade civil (Associações, Sindicatos, ONGs, imprensa) deverá ser feita com a antecedência mínima de 30 dias.
- (D) No processo de consulta pública, devem ser indicadas, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações da criação da Unidade de Conservação para a população residente no interior e no entorno da área proposta.
- (E) O objetivo da consulta pública é subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a Unidade de Conservação a ser criada.

57

Sobre o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar as Unidades de Conservação (UC) específicas ou suas Zonas de Amortecimento (ZA), disposto na Resolução CONAMA nº 428/2010, é correto afirmar que

- (A) o Licenciamento só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC; no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), não é necessária autorização.
- (B) só poderá ser concedido o licenciamento após autorização do órgão responsável pela administração da UC, ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação.
- (C) a autorização do licenciamento deverá ser solicitada pelo órgão ambiental licenciador no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do aceite do EIA/RIMA.
- (D) a autorização deverá ser solicitada pelo órgão ambiental licenciador no prazo máximo de 20 dias, contados a partir do aceite do EIA/RIMA.
- (E) a autorização do licenciamento deverá ser solicitada pelo órgão ambiental licenciador, após a emissão da primeira licença prevista, ao órgão responsável pela administração da UC, que se manifestará conclusivamente após avaliação dos estudos ambientais exigidos dentro do procedimento de licenciamento ambiental.

58

Em relação ao órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), conforme a Resolução CONAMA nº 428/2010, é correto afirmar que

- (A) os órgãos executores do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) são responsáveis pela administração da UC.
- (B) a Fazenda Pública é a responsável pela administração da UC.
- (C) o órgão responsável pela administração da UC decidirá, sem motivação, pelo indeferimento do pedido do licenciamento.
- (D) em caso de indeferimento da autorização do licenciamento, o empreendedor será comunicado pelo órgão ambiental licenciador e não poderá requerer a revisão da decisão.
- (E) o empreendedor não poderá apresentar alternativas ao projeto em análise que busquem compatibilizar o empreendimento com a UC e sua ZA.

59

As unidades de conservação são divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Em relação à Unidade de Proteção Integral, assinale a alternativa correta.

- (A) O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei.
- (B) O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- (C) A estação ecológica não faz parte do Grupo das Unidades de Proteção Integral.
- (D) O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso direto dos seus recursos naturais, não podendo haver exceção.
- (E) A reserva biológica faz parte da Unidade de Proteção Integral, sendo proibida a visitação pública, mesmo aquela com objetivo educacional.

60

Assinale a alternativa correta que apresenta a Unidade de Conservação que se refere ao Grupo das Unidades de Uso Sustentável.

- (A) Reserva Biológica.
- (B) Monumento Natural.
- (C) Área de Proteção Ambiental.
- (D) Refúgio de Vida Silvestre.
- (E) Parque Nacional.

Realização

Instituto Avalia